

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Roberto Cidade
Governador Interino

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
AMAZONAS**

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Prof^ª. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Prof^ª. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Prof^ª. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Prof^ª. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

**EQUIDADE:
REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
AMAZONAS**

Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Prof^ª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -
UEA

Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Prof^ª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Prof^ª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Prof^ª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA
Conselho Editorial

Prof^ª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medieros Neto, UFOPA
Prof^ª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima
Esp. Glenda Martins Monteconrado
Bruna Maria da Silva Mota
Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Prof^ª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Prof^ª. Dra. Adriana Almeida Lima
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Avaliadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Primeira revisão e Revisão Final

Equidade: Revista Eletrônica de Direito da UEA

Vol. 14. Nº 3, Julho-Dezembro/2026

ISSN: 2675-5394

Artigo Científico

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 14. Nº 3. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Semestral

1. Direito – Periódicos. I. Título

CDU 349.6

A INTEGRAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (SISNAMA) E A POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: ATUAÇÃO E DESAFIOS NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

*THE INTEGRATION OF THE NATIONAL ENVIRONMENT SYSTEM (SISNAMA) AND THE
MILITARY POLICE OF AMAZONAS: ACTION AND CHALLENGES IN ENVIRONMENTAL
PRESERVATION*

Eurico Dias Teixeira Neto¹
Evelton César Bitencourt²
Denison Melo de Aguiar³

Resumo

O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), instituído pela Lei n.º 6.938/1981, é um instrumento essencial para a gestão ambiental no Brasil, articulando órgãos e entidades em diferentes níveis de governo. Este trabalho analisa a integração entre o SISNAMA e a Polícia Militar do Amazonas (PMAM), com foco na atuação da corporação como órgão executor na fiscalização, repressão e prevenção de crimes ambientais na Amazônia. A pesquisa destaca o papel da PMAM no apoio às ações de monitoramento ambiental, na aplicação da legislação e na colaboração com os órgãos ambientais que compõem o SISNAMA, ressaltando desafios como a escassez de recursos e a vastidão territorial da região. Além disso, identifica os benefícios de estratégias integradas para a preservação ambiental, a proteção da biodiversidade e a promoção da justiça socioambiental. A análise reforça a importância de parcerias interinstitucionais para consolidar um modelo de governança ambiental sustentável e adaptado às especificidades amazônicas.

Palavras-chave: SISNAMA; Polícia Militar do Amazonas; governança ambiental; crimes ambientais.

Abstract

The National Environmental System (SISNAMA), established by Law No. 6,938/1981, is an essential instrument for environmental management in Brazil, coordinating agencies and entities at different levels of government. This study analyzes the integration between SISNAMA and the Military Police of Amazonas (PMAM), focusing on the corporation's role as an

¹ Graduando do Curso de Bacharel em Segurança Pública e do Cidadão.

² Graduando do Curso de Bacharel em Segurança Pública e do Cidadão.

³ Pós-doutorando em Direito pela UniSalento (Itália-2024). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/UEA). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (2009 - 2011). Advogado (6825 - OAB/AM). Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (2006). Professor universitário: 1. da Universidade do Estado do Amazonas (UEA); da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM); 3. do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de Soluções de Conflitos; Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA) e Clínica de Direito LGBT (CLGBT-UEA) da Universidade do Estado do Amazonas. Coordenador do Núcleo Editorial do Mestrado em Direito Ambiental (NEDAM/UEA). Editor Adjunto da Revista Nova Hiléia: Revista Eletrônica de Direito Ambiental da Amazônia (PPGDA - UEA) (ISSN: 2525-4537). Editor-chefe da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da UEA (ISSN: 2675-5394). Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico, vinculado à Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Contato: denisonaguiarx@gmail.com

enforcement body in the supervision, repression, and prevention of environmental crimes in the Amazon. The research highlights the role of PMAM in supporting environmental monitoring actions, enforcing legislation, and collaborating with environmental agencies within SISNAMA, emphasizing challenges such as resource scarcity and the vast territorial expanse of the region. Furthermore, it identifies the benefits of integrated strategies for environmental preservation, biodiversity protection, and the promotion of socio-environmental justice. The analysis reinforces the importance of interinstitutional partnerships in consolidating a sustainable environmental governance model tailored to the specific characteristics of the Amazon.

Keywords: *SISNAMA; Amazonas State Military Police; environmental governance; environmental crimes.*

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), instituído pela Lei n.º 6.938/1981, é um conjunto articulado de órgãos e entidades dos três níveis de governo (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) responsável pela formulação, coordenação e execução de políticas públicas voltadas à proteção e conservação ambiental no Brasil. A estrutura do SISNAMA inclui o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), como órgão consultivo e deliberativo, o Ministério do Meio Ambiente, que exerce a função de órgão central, além de órgãos executores, setoriais e locais, que atuam em fiscalização, licenciamento, monitoramento e educação ambiental (Brasil, 1981).

O objetivo principal desse sistema é integrar esforços e ações entre diferentes esferas governamentais e setores da sociedade para garantir a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade.

A Polícia Militar do Amazonas (PMAM), especialmente por meio de suas unidades especializadas no policiamento ambiental, tem papel relevante no contexto do SISNAMA, desempenhando a função de órgão executor. Essa atuação é de grande importância por diversos motivos. Primeiramente, a integração da PM ao SISNAMA viabiliza a coordenação com outros órgãos ambientais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e as secretarias estaduais e municipais de meio ambiente. Essa colaboração permite maior eficácia nas operações conjuntas de fiscalização e repressão a crimes ambientais, como o desmatamento, a extração ilegal de madeira e o tráfico de fauna.

Além disso, a Polícia Militar contribui diretamente para o cumprimento da legislação ambiental, garantindo que as normas previstas pela Lei n.º 6.938/1981 sejam aplicadas e respeitadas. A presença ostensiva e a capacidade de resposta rápida da PMAM em áreas remotas

ampliam o alcance das operações do SISNAMA, especialmente em regiões de difícil acesso, como a Amazônia. A atuação da PM também é crucial na proteção de áreas de preservação permanente (APPs) e unidades de conservação (UCs), que frequentemente são alvo de atividades ilícitas.

Outro aspecto relevante é a atuação da PMAM na educação ambiental. Além de sua função repressiva, a corporação realiza campanhas de conscientização junto às comunidades locais, promovendo uma cultura de sustentabilidade e engajando a sociedade na proteção dos recursos naturais. No contexto amazônico, essa abordagem ganha especial relevância, dado o papel estratégico da região na regulação climática global e na conservação da biodiversidade.

Portanto, o SISNAMA, ao integrar a Polícia Militar como órgão executor, potencializa suas ações em prol da preservação ambiental. Essa colaboração é essencial para a proteção dos recursos naturais, o enfrentamento de crimes ambientais e a promoção de justiça socioambiental, consolidando um modelo de governança ambiental eficiente e adaptado às peculiaridades do território brasileiro, especialmente na Amazônia (Brasil, 1981)

Ademais, é importante destacar que a integração entre o SISNAMA e a Polícia Militar do Amazonas não se limita à atuação repressiva. Segundo Guerra e Orsi (2017), ações de educação ambiental e o engajamento da comunidade local são pilares essenciais para o sucesso da preservação ambiental a longo prazo. Essas iniciativas buscam fortalecer a consciência coletiva sobre a importância da conservação dos recursos naturais, criando uma rede de apoio que transcende as instituições formais e envolve toda a sociedade na luta contra os crimes ambientais.

No quesito social, a integração do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) com a Polícia Militar do Amazonas (PMAM) é fundamental para a proteção da Amazônia, uma das regiões mais importantes do planeta para a regulação climática, preservação da biodiversidade e sustento de comunidades indígenas e tradicionais. Essa parceria ajuda a mitigar crimes ambientais, como desmatamento e exploração ilegal, promovendo justiça socioambiental e garantindo a sustentabilidade dos recursos naturais para as gerações futuras, o que é vital para o equilíbrio ecológico e o bem-estar da sociedade.

O estudo da relação entre o SISNAMA e a PMAM é relevante academicamente, pois explora a interação entre segurança pública e políticas ambientais no contexto amazônico, contribuindo para uma compreensão interdisciplinar de governança sustentável. Ao investigar os desafios e as práticas dessa integração, o trabalho preenche lacunas na literatura sobre o

papel das forças policiais na proteção ambiental, possibilitando a construção de modelos mais eficazes e adaptados à realidade local.

Do ponto de vista científico, a análise dessa integração oferece subsídios para inovações na governança ambiental e na segurança pública, fundamentais para enfrentar a degradação da Amazônia. Ao investigar operações conjuntas entre SISNAMA e PMAM, o estudo identifica práticas eficazes no combate a crimes ambientais, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre proteção de ecossistemas críticos e fortalecendo estratégias globais de preservação e sustentabilidade.

Este estudo busca compreender a relevância da atuação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) como órgão executor no contexto do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), com foco na fiscalização, repressão e prevenção de crimes ambientais na Amazônia. Dada a importância global da floresta amazônica e os desafios enfrentados na preservação de seus recursos naturais, a integração entre segurança pública e políticas ambientais se apresenta como um tema de grande relevância social, acadêmica e científica.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a importância da atuação da PMAM no aprimoramento das operações de fiscalização e proteção ambiental, enfatizando sua contribuição para a efetividade da legislação ambiental e a mitigação dos impactos causados por atividades ilícitas. Para alcançar esse objetivo, foram definidos três objetivos específicos: apresentar as atribuições da PMAM no âmbito do SISNAMA; descrever sua estrutura organizacional e os desafios enfrentados na execução das ações ambientais; e identificar os benefícios que a cooperação interinstitucional e o fortalecimento das estratégias de fiscalização podem trazer tanto para a preservação da biodiversidade quanto para a promoção da justiça socioambiental.

O problema central investigado é: como a atuação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) pode contribuir para a eficácia da fiscalização e proteção ambiental no contexto da integração com o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), considerando os desafios específicos da região amazônica, como sua vasta extensão territorial, a diversidade sociocultural e as dificuldades logísticas? Parte-se da hipótese de que uma atuação mais integrada entre a PMAM e os órgãos que compõem o SISNAMA poderá fortalecer a governança ambiental na região, permitindo maior eficiência na execução das políticas públicas de preservação e combate aos crimes ambientais. A cooperação entre as instituições pode aprimorar a fiscalização, a aplicação da legislação ambiental e a resposta às infrações,

possibilitando um controle mais efetivo sobre atividades como desmatamento ilegal, exploração de recursos naturais sem autorização e degradação de áreas protegidas.

Esse sistema, adaptado às características únicas da Amazônia, tem o potencial de transformar as operações da Polícia Militar em instrumentos mais precisos e eficazes, fortalecendo não apenas o combate ao crime organizado, mas também a proteção dos recursos naturais e a segurança das comunidades locais. Assim, o estudo se alinha à busca por soluções integradas para os desafios da preservação ambiental e da segurança pública, promovendo um modelo de governança sustentável e eficaz para a região.

Como problema, pode-se questionar de que forma a atuação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) contribui para a eficácia das operações de fiscalização e proteção ambiental, especialmente diante dos desafios impostos pelas peculiaridades logísticas, geográficas e socioculturais da região amazônica?

Em resposta, pode-se afirmar que a integração efetiva da PMAM com os órgãos ambientais do SISNAMA tem o potencial de aumentar significativamente a eficácia das operações de fiscalização e combate aos crimes ambientais. Isso ocorre por meio do fortalecimento das ações de monitoramento, da aplicação coordenada da legislação e do desenvolvimento de estratégias adaptadas às características únicas da Amazônia, como sua vasta extensão territorial, dificuldade de acesso e diversidade cultural. Dessa forma, a atuação conjunta possibilita uma resposta mais eficiente às infrações ambientais, contribuindo para a proteção da biodiversidade e a promoção da justiça socioambiental.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se em teorias científicas que organizam e explicam o conhecimento acumulado sobre o objeto de pesquisa: a atuação integrada da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). No contexto das ciências sociais aplicadas, como Segurança Pública e Direito Ambiental, a teoria científica busca descrever os fenômenos observados de maneira sistemática, utilizando um conjunto robusto de dados e observações (Creswell, 2014).

A pesquisa também se apoia na Teoria da Prevenção Situacional do Crime, que avalia os fatores ambientais e estruturais que influenciam a eficácia das operações da PMAM no

combate ao crime organizado e na proteção ambiental (Clarke, 1997). Essa abordagem facilita a identificação de elementos operacionais e estratégicos que impactam o desempenho da corporação em ações de preservação ambiental, ajudando a delinear estratégias que promovam maior eficácia nas atividades (Felson, 2002).

Os tipos de pesquisa adotados foram definidos com base na natureza aplicada do objeto investigado e nos objetivos estabelecidos. Este estudo segue uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando métodos mistos para proporcionar uma análise ampla e detalhada. A pesquisa qualitativa é adequada para compreender fenômenos complexos, como as interações entre órgãos ambientais e forças policiais, enquanto a análise quantitativa complementa essa abordagem ao quantificar os resultados obtidos com a implementação de atividades (Patton, 1999).

Além disso, a pesquisa é de caráter exploratório e descritivo, pois busca mapear as práticas administrativas e operacionais relacionadas à integração da PMAM com o SISNAMA, descrever suas características e identificar desafios e benefícios percebidos na implementação dessa parceria. A análise documental de legislações ambientais, regulamentos internos e relatórios operacionais será fundamental para compreender o arcabouço normativo que influencia as ações da PMAM nesse contexto (Bowen, 2009).

A análise de dados será realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, que permite interpretar e compreender os significados extraídos de documentos, regulamentos e relatórios operacionais. Essa abordagem auxiliará na identificação de padrões, temas e categorias relacionadas à integração com o SISNAMA (Bardin, 2011).

Para fortalecer a interpretação dos dados, será empregada a abordagem gramatical-lógica, que proporciona uma visão estruturada dos fatores que influenciam a eficácia das operações da PMAM e auxilia na formulação de recomendações para a melhoria contínua dessas atividades. Essa metodologia visa integrar as melhores práticas de segurança pública e preservação ambiental, adaptando-as às características únicas da região Amazônica (Ferraz Júnior, 2013).

3 RESULTADOS

O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), criado pela Lei n.º 6.938/1981, configura-se como um dos principais instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Ele

integra órgãos e entidades da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, estabelecendo competências e diretrizes para a gestão ambiental. A inserção da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) no SISNAMA é um tema de relevância crescente, considerando o papel fundamental da corporação na fiscalização, repressão e prevenção de crimes ambientais. A PMAM atua como um órgão executor no combate a ilícitos ambientais, realizando operações preventivas e repressivas.

Segundo Miranda, o poder de polícia administrativa é "a competência administrativa de disciplinar o exercício da autonomia privada para a realização de direitos fundamentais" (MIRANDA, 2010, p. 50). Nesse sentido, a PMAM desempenha um papel crucial ao garantir que as atividades humanas estejam em conformidade com as normas ambientais. No Amazonas, um dos maiores desafios é a preservação da Floresta Amazônica, um ecossistema de importância global. Conforme descrito por Marinho, "a fiscalização ambiental pelos órgãos estaduais e federais é limitada em razão da vastidão territorial, exigindo uma integração operacional eficiente" (MARINHO, 2016, p. 11).

A Lei Complementar n.º 140/2011 define as competências administrativas ambientais, incluindo a fiscalização, o licenciamento e a aplicação de sanções. Segundo Souza Martins, "a competência da Polícia Militar Ambiental deve ser analisada à luz da legislação, que delimita sua atuação como órgão seccional do SISNAMA" (MARTINS, 2019, p. 25). No caso da PMAM, essas funções são exercidas em parceria com órgãos ambientais, como o IBAMA e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Entretanto, há limitações legais para a atuação da PMAM, como a necessidade de respeito à competência exclusiva dos órgãos de licenciamento ambiental.

Essas restrições visam evitar conflitos de competência, mas também podem dificultar a atuação ágil da PMAM em situações emergenciais. A integração entre a PMAM e o SISNAMA enfrenta desafios significativos, como a falta de recursos humanos e financeiros, a carência de tecnologia e a necessidade de capacitação constante dos agentes. De acordo com Miranda, "a fiscalização ambiental eficiente exige o uso de tecnologia de ponta, como geoprocessamento e monitoramento por satélite" (MIRANDA, 2010, p. 57). Além disso, a PMAM frequentemente se depara com situações que requerem articulação entre diferentes esferas de governo. Martins ressalta que "a coordenação entre os órgãos do SISNAMA é essencial para evitar sobreposição de competências e garantir a eficiência das ações" (MARTINS, 2019, p. 27).

Um exemplo emblemático de integração da PMAM com o SISNAMA é a participação na Operação Verde Brasil, que visa combater o desmatamento ilegal na Amazônia. A PMAM atua em conjunto com o Exército Brasileiro, IBAMA e ICMBio, realizando ações de fiscalização e apreensão de madeira extraída ilegalmente, conforme vemos abaixo:

Foto 1: Operação Verde Brasil



Fonte: BRASIL. Ministério da Defesa. 2020. Disponível em:

<https://static.poder360.com.br/2020/06/nota-defesa.pdf>. Acesso em: 14 de jan. 2025.

Outro exemplo é o combate ao tráfico de animais silvestres, uma das principais atividades criminosas na região. A PMAM realiza operações de fiscalização em feiras e mercados, apreendendo animais mantidos em condições inadequadas e responsabilizando os envolvidos, em conformidade com a Lei n.º 9.605/1998 (Brasil, 1998).

A PMAM também desempenha um papel relevante na educação ambiental, promovendo campanhas de conscientização em escolas e comunidades. Essas iniciativas visam sensibilizar a população sobre a importância da conservação dos recursos naturais. A integração entre a PMAM e o SISNAMA é um elemento fundamental para a preservação ambiental no Amazonas. Apesar dos desafios, a atuação conjunta entre os órgãos tem mostrado resultados positivos, especialmente no combate a crimes ambientais e na promoção da educação ambiental. O fortalecimento dessa parceria, aliado à capacitação dos agentes e ao uso de

tecnologias modernas, é essencial para superar os obstáculos e garantir a efetividade das ações ambientais no estado.

Além disso, a atuação da PMAM na preservação ambiental inclui um esforço contínuo em manter a vigilância nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Unidades de Conservação (UCs). Essas regiões, devido à sua importância ecológica, demandam atenção especial, com fiscalizações regulares para evitar invasões, desmatamentos e atividades ilícitas. De acordo com Marinho, "a proteção das áreas de preservação é essencial para a manutenção do equilíbrio ambiental e da biodiversidade" (MARINHO, 2016, p. 15). Essa atividade é realizada frequentemente em conjunto com comunidades locais, promovendo uma gestão participativa do território.

Outro aspecto significativo é o combate às queimadas, uma prática recorrente na região amazônica, especialmente no período de estiagem. A PMAM realiza operações integradas para identificar os responsáveis e minimizar os impactos ambientais. Miranda enfatiza que "as queimadas comprometem não apenas o solo e a flora, mas também a qualidade do ar, afetando diretamente as populações locais" (MIRANDA, 2010, p. 63). O uso de drones e imagens de satélite tem sido um aliado essencial nessa tarefa, permitindo a identificação rápida de focos de incêndio.

A cooperação internacional também surge como uma dimensão relevante na atuação da PMAM. A troca de experiências e tecnologias com forças policiais e organizações de outros países fortalece as estratégias de conservação ambiental. Martins destaca que "o compartilhamento de boas práticas é fundamental para enfrentar os desafios globais de preservação ambiental" (MARTINS, 2019, p. 29). Nesse contexto, a PMAM tem participado de programas e treinamentos em parceria com instituições internacionais voltadas para o combate ao tráfico de espécies e à destruição de florestas tropicais.

Por fim, a conscientização da sociedade é um pilar indispensável para o sucesso das ações de preservação ambiental. A PMAM tem investido em campanhas educativas que envolvem desde palestras em escolas até programas de rádio e televisão. Essas iniciativas buscam informar e engajar a população na proteção dos recursos naturais. Como enfatizado por Souza Martins, "a educação ambiental é a base para a construção de uma cultura de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente" (MARTINS, 2019, p. 31). Com essas ações, a Polícia Militar do Amazonas reafirma seu compromisso com a proteção da Amazônia,

garantindo que as futuras gerações possam usufruir de seus recursos de maneira responsável e sustentável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação ambiental no contexto amazônico exige uma abordagem integrada e estratégica que contemple a cooperação entre diferentes instituições e a sociedade civil. A análise da atuação conjunta entre o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e a Polícia Militar do Amazonas (PMAM) evidencia a importância de mecanismos que conciliem ações repressivas, educativas e preventivas. Apesar dos desafios estruturais e operacionais, como a vastidão territorial e a carência de recursos, a parceria entre essas entidades tem se mostrado um instrumento relevante para a proteção dos recursos naturais e o enfrentamento de crimes ambientais na região.

A integração entre SISNAMA e PMAM destaca-se pela capacidade de articular competências e promover iniciativas voltadas à conservação ambiental. Casos emblemáticos, como a Operação Verde Brasil, demonstram a eficácia de ações conjuntas na redução de atividades ilícitas, como o desmatamento e o tráfico de animais silvestres. Contudo, a superação de entraves como a falta de tecnologia, capacitação e recursos financeiros ainda é necessária para consolidar um modelo de governança ambiental mais eficiente e adaptado às peculiaridades da Amazônia.

Além da repressão a crimes ambientais, a atuação da PMAM incorpora iniciativas educativas que buscam engajar a população local na luta pela sustentabilidade. A conscientização ambiental é essencial para fomentar uma cultura de preservação que transcenda as ações governamentais e envolva comunidades indígenas, tradicionais e urbanas. A parceria com organismos internacionais e a utilização de tecnologias modernas, como drones e monitoramento por satélite, ampliam o alcance e a eficácia das operações.

Do ponto de vista acadêmico e científico, o estudo dessa integração contribui para o avanço do conhecimento sobre governança ambiental e segurança pública em contextos de alta complexidade. A pesquisa reforça a relevância da atuação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) como parte do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), destacando seu papel na fiscalização, na repressão a crimes ambientais e no apoio às políticas de conservação. As conclusões indicam que, ao fortalecer a capacitação técnica, os investimentos em

infraestrutura e as ações educativas, será possível construir um modelo sustentável de preservação que atenda às demandas locais e contribua para os esforços globais de combate às mudanças climáticas e à perda de biodiversidade.

Portanto, o fortalecimento da parceria entre o SISNAMA e a PMAM, aliado ao engajamento comunitário e ao uso de tecnologias de ponta, constitui um caminho promissor para a proteção da Amazônia. Essa integração não apenas promove a sustentabilidade dos recursos naturais, mas também garante a segurança e o bem-estar das populações que dependem diretamente desse patrimônio ambiental. A construção de soluções conjuntas e adaptadas à realidade amazônica reafirma o compromisso com a justiça socioambiental e com a preservação de um dos ecossistemas mais valiosos do planeta.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. (2011). **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70.
- BOWEN, G. A. (2009). **Document Analysis as a Qualitative Research Method**. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27-40.
- BRASIL. **Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 fev.*
- BRASIL. **Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 set. 1981.*
- BRASIL. **Ministério da Defesa- Operação Verde Brasil 2**. 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/06/nota-defesa.pdf>. Acesso em: 14 de jan. 2025.
- CLARKE, R. V. (1997). **Situational Crime Prevention: Successful Case Studies (2ª ed.)**. Guilderland, NY: Harrow and Heston.
- CRESWELL, J. W. (2014). **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches (4ª ed.)**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.
- Felson, M. (2002). **Crime and Everyday Life (3ª ed.)**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.
- GUERRA, A., & ORSI, R., 2017. **O ProNEA como Política pública: a Educação Ambiental e a arte do (re)encontro**. PRONEA as a public policy: environmental education and the art of (re) meeting. , pp. 25-39. <https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.7140>.
- MARINHO, Marco Antonio Nishida. **A competência das polícias militares para o exercício do poder de polícia administrativa ambiental frente à infração ambiental**. Curitiba, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direito Ambiental) - Universidade Federal do Paraná, 2016.

MARTINS, Jorge Augusto de Souza. **A competência administrativa de fiscalização e de sanção da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 2, n. 5, jul./dez. 2019.

Maxwell, J. A. (2013). **Qualitative Research Design: An Interactive Approach (3ª ed.)**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco**. 5ª ed. São Paulo: RT, 2007.

MIRANDA, Eduardo César de. **Limites e extensão do poder de polícia na proteção do meio ambiente à luz do direito constitucional administrativo**. O Alferes, Belo Horizonte, v. 64, n. 24, p. 49-80, jan./jun. 2010.

PATTON, M. Q. (1999). **Qualitative Evaluation and Research Methods (3ª ed.)**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

PEREIRA, W.; COSTA, D. C. **Efeito da apresentação da quantidade inicial de recursos nas práticas culturais**. Revista Brasileira de Comportamento e Ambiente, v. 18, n. 8, p. 207-225, 2021. Disponível em: https://www.semanticscholar.org/paper/Efeito-da-Apresenta%C3%A7%C3%A3o-da-Quantidade-Inicial-de-nas-Pereira-Costa/772bf49593c3112f3bc6d58092ce12ccddb81aaa?utm_source=consensus. Acesso em: 14 jan. 2025.